

1987

A Política

## SEM MENTIRA NEM SALVAÇÃO

Na última semana, na página três, José Arthur Giannotti escreveu um artigo indignado contra a "mentira Pública" que grassa nesse país desde sua descoberta, enquanto Renato Janine Ribeiro, na mesma página, depois de lamentar o civismo desperdiçado da campanha das diretas, da eleição de Tancredo até sua morte, e do Plano Cruzado, protestou contra a idéia de que "o Brasil precisa ser salvo", presente nessas três campanhas.

Os artigos dos dois filósofos complementam-se de maneira perfeita. Existe neste país uma imensa dificuldade em enfrentar e dizer a verdade. Em ser franco, em ser transparente. Governantes e governados procuram sempre o eufemismo, a meia verdade, o lado favorável dos fatos. Se a verdade é desagradável é melhor deixá-la de lado. Se o Brasil é subdesenvolvido, é melhor dizer que é um país de grande potencial. Se a desigualdade na distribuição de renda é um escândalo, é preferível falar em prioridade para o social. Se o preconceito racial e social estão presentes em toda parte é conveniente falar em democracia racial e cordialidade social. Se o controle da inflação é incompatível com o crescimento explosivo de lucros e salários ocorrido neste ano, é melhor esquecer o conflito distributivo e criticar genericamente o excesso de demanda. Se os trabalhadores fazem greve contra a política econômica é conveniente dizer que a greve fracassou. Se os empresários hesitam em investir, se cobram ágios e apostam na inflação, é preferível culpar o congelamento. Se o congelamento, por sua vez, teve que ser abandonado, é mais prático continuar a dizer que ele continua vigente.

Cria-se, assim, um Brasil mítico, fantasioso, que oficialmente não tem grandes problemas mas que, contraditoriamente, precisa ser salvo. Salvo de quem? Salvo como? Não se sabe, porque não se conhece a verdade. Mas precisa-se de um salvador, de um Messias, que, milagrosamente, resolva nossos problemas encobertos pelas mentiras e pelas meias verdades.

Não é este, certamente, o caminho mais curto para a consolidação da democracia no Brasil. Este país não precisa ser salvo porque não está à beira do abismo. Não precisa ser salvo porque os milagres não fazem sentido. Precisa apenas da verdade, do conhecimento objetivo de seus problemas e da decisão de enfrentá-los.

No plano econômico é preciso reconhecer que o Brasil é um sociedade de classes, que a escassez é um fenômeno permanente, e que o conflito de interesses é inescapável. Que a verdade muitas vezes não interessa aos empresários, outras vezes aos trabalhadores e outras vezes ainda aos

governantes. Mas que sem um mínimo de verdade é impossível governar este país.

O ano de 1986 foi um ano de grandes vitórias e de grandes derrotas. Quase logramos vencer a inflação mas afinal fomos derrotados. A economia cresceu, mas os salários e os lucros cresceram mais do que deviam. O PMDB venceu as eleições, mas não soube definir os caminhos. Começamos 1987 com muitas incertezas - incertezas que poderão ser melhor enfrentadas se buscarmos a verdade e a transparência nos dados econômicos e nas relações sociais, e, portanto, se abandonarmos a idéia messiânica e fantasiosa de salvação. (*Folha de S.Paulo*, 6 de janeiro de 1987).

\*\*\*\*\*

### SOBERANIA DA CONSTITUINTE

A Assembléia Nacional Constituinte instalada na última semana não fará nenhuma revolução. Ela e a Constituição que aprovar será o resultado do sistema de forças existentes no país, no qual o predomínio capitalista e conservador é claro.

A hegemonia ideológica da burguesia é indiscutível no Brasil dos anos oitenta. As classes médias tecnoburocráticas têm um peso específico mas limitado. Os trabalhadores alcançaram um nível de organização sindical respeitável e começam a se estruturar politicamente, mas sua influência é restrita. No seio da burguesia, como no da tecnoburocracia, podemos distinguir as mais diversas frações. Há os internacionalistas, que constituem a maioria, e os nacionalistas, que encontram apoio na tecnoburocracia e nos trabalhadores. Há os conservadores e os progressistas no plano social. Há os rentistas e os capitalistas produtivos. Estes se dividem entre os setores e sub-setores da economia. Mas é inútil querer encontrar divisões radicais dentro da burguesia, que sabe que seus interesses comuns são maiores do que suas divergências setoriais.

A Constituição a ser aprovada refletirá essa conjugação de forças. Por isso não se pode esperar dela grandes transformações. A transição democrática no Brasil foi uma transição conservadora. A burguesia foi capaz de perceber em tempo que o regime autoritário estava esgotado e aderir ao processo de redemocratização para afinal cooptá-lo. Assim confirmou sua hegemonia

ideológica e política. Os deputados e senadores consituíntes refletem essa hegemonia.

De um ponto de vista formal a Assembléia Nacional Consituínte pode ou deveria poder tudo. Mas na verdade pode pouco, porque deve necessariamente refletir a composição de forças existentes na sociedade civil. As leis não são meros atos de vontade, são a formalização dos usos e costumes da sociedade, de seus valores e crenças básicas. Quando uma lei é aprovada sem respeitar as forças presentes na sociedade civil, ela carece de legitimidade e acaba não tendo vigência.

Tudo isto não significa, entretanto, que nada se possa esperar da Constituinte. Uma grande aspiração por maior justiça permeia toda a sociedade civil brasileira, em conflito com seu próprio conservadorismo. E a estabilidade a longo prazo do próprio sistema capitalista depende de reformas que coíbam o sistema de privilégios existente no país. A declaração de direitos individuais e sociais, que provavelmente reproduzirá em boa parte a Declaração Universal dos Direitos Humanos, será sempre importante, embora a possibilidade de que tenham vigência seja sempre limitada. A hipocrisia é uma das características das leis declaratórias de princípios. As bases da reforma tributária que deverão constar da Constituição têm importância decisiva. O problema central do Brasil é a desigualdade brutal da distribuição de renda, e a estratégia fundamental para minorar este problema é a via fiscal. Finalmente, os problemas institucionais, como o do parlamentarismo, do voto distrital, do unicameralismo, são essenciais. Francisco Weffort escreveu no último dia 5 na Folha um artigo admirável sobre o assunto, chamando a atenção da esquerda sobre a importância desse debate, que geralmente é subestimado por ela. A democracia, embora cooptada pela burguesia, é a grande arma dos trabalhadores, é o grande instrumento de transformação social. E essa democracia poderá avançar ou recuar muito dependendo do regime institucional que a nova Constituição estabelecer. (*Folha de S.Paulo*, 10 de fevereiro de 1987).

\*\*\*\*\*

#### FRANCO MONTORO

Os quatro anos do governo de André Franco Montoro em São Paulo, encerrados no último dia 15, deixarão sua marca na história do estado e do país. Durante muito tempo esse governo será lembrado como um exemplo de fidelidade aos princípios democráticos, de probidade no trato da coisa pública, de

decidida orientação para o social, de austeridade na administração das finanças públicas, e de competência e capacidade de realização.

Admito que meu julgamento não seja isento, já que participei da equipe que administrou São Paulo nestes quatro anos. Por isso só uma vez escolhi como tema o governo de São Paulo, embora durante este período escrevesse todas as terças-feiras nesta coluna. Hoje, entretanto, não posso deixar de registrar meu depoimento pessoal.

Foram quatro anos de democracia em São Paulo. De democracia plena, radical. Porque se quiséssemos classificar ideologicamente Franco Montoro deveríamos dizer que é um reformista em matéria social e econômica, e um radical quando se trata de democracia.

Podemos dividir os políticos de acordo com muitos critérios, mas o critério mais importante é o que opõe o oportunista ao político que age de acordo com princípios. E Montoro classifica-se claramente nesta última categoria. Sua ação está sendo sempre guiada por princípios, por suas concepções de vida e de política, que ele constantemente explicita.

Franco Montoro tem horror ao pequeno, ao fisiológico, à defesa de interesses pessoais e imediatos. Ele está sempre preocupado com os grandes objetivos da sociedade, que ele está certo de um dia alcançar graças a uma energia pessoal inesgotável e a um otimismo permanente.

A democracia para ele não é mera retórica. É uma visão do mundo. É uma forma de vida. Que parte sempre de uma firme confiança na capacidade do povo de se organizar e de mobilizar seus esforços.

Essa visão democrática e participativa da política reflete-se também na sua prática administrativa. Montoro inaugurou em São Paulo um novo estilo de governo, fundado em democracia e seriedade, ou seja no debate amplo dos problemas, na busca do consenso entre os assessores, e afinal na decisão firme. Houve quem confundisse esse estilo com fraqueza e hesitação. Nada mais equivocado. Uma vez decidido, Montoro não volta mais atrás, não apenas uma questão de firmeza, mas também porque, depois de todos terem sido ouvidos, a decisão é melhor, é mais sólida.

Esse novo estilo de governo deu resultado. As realizações do governo Montoro foram em quase todos os campos duas vezes maiores do que as do governo anterior. E o prestígio de Montoro, que declinou nos três primeiros anos, aumentou de forma extraordinária neste último ano, muito contribuindo para eleição de seu sucessor, Orestes Quéricia.

No Brasil, como em qualquer país, poucos são os políticos com a estatura de um estadista. Montoro é sem dúvida um deles. Volta agora para a vida

privada, mas continua um homem público, cheio de projetos, transbordante de energia, sempre decidido a transformar em realidade os princípios e objetivos nos quais acredita. (*Folha de S.Paulo*, 17 de março de 1987).

\*\*\*\*\*

### O PMDB DIANTE DA CRISE ECONÔMICA

A crise econômica que o Brasil hoje atravessa coloca em dúvida a capacidade do PMDB de ser governo. De repente a direita, que estava silenciosa e cabisbaixa, reanima-se. Esquece-se que em nome do monetarismo cometeu erros iguais ou maiores do que os atuais, e proclama a falência das teses neo-estruturalistas e a incapacidade do PMDB de evitar o populismo e gerir a economia com competência.

O desafio que o PMDB enfrenta é sem dúvida grave. A política econômica voltou com toda a força, tendendo agora a estabilizar-se em um patamar semelhante ao último período do cruzeiro. O balanço de pagamentos desequilibrou-se com a redução das exportações, e voltamos a necessitar de novos empréstimos internacionais - ou então a suspender o pagamento dos juros - para garantir as importações essenciais ao país. E não bastassem esses dois típicos fenômenos de desestabilização econômica provocados por excesso de demanda interna, assistimos agora à reversão do ciclo econômico e a um começo de recessão.

Não pode o PMDB, nesta conjuntura, isentar-se de responsabilidade. Não lhe resta outra alternativa senão solidarizar-se com o Presidente Sarney e tratar de encontrar caminhos para superar a crise.

Uma das dificuldades para isto está no enfacelamento da equipe econômica do PMDB que o Presidente Sarney montou em 1985 e que foi responsável pelo Cruzado. Primeiro saíram Edmar Bacha e André Lara Resende, depois Fernão Bracher e Pêrsio Arida, agora João Sayad e toda a sua equipe.

As divisões dentro da equipe econômica são o sintoma da própria crise. Mas revelam também que o PMDB, enquanto partido, está necessitando com urgência rediscutir sua visão de economia brasileira, já que seus próprios economistas divergem. Parece claro neste momento que enquanto certos setores do PMDB já compreendem os desafios, nos anos oitenta, que se

antepõem a uma economia capitalista moderna, caracterizada por um empresariado competente econômica e politicamente embora heterogêneo, convivendo com o subdesenvolvimento, com profundos desequilíbrios sociais e regionais, com um setor público endividado, com uma imensa dívida externa que em grande parte é também pública, enquanto isso outros setores ainda permanecem amarrados a uma concepção de Brasil dos anos cinquenta, quando o capitalismo no Brasil era ainda basicamente mercantil, quando o "capital estrangeiro" estava deixando de ser anti-industrializante para se transformar nas empresas multinacionais industriais, quando o setor público possuía ainda um enorme potencial de endividamento, quando era ainda possível transferir renda do setor cafeeiro (mercantil) exportador para o "mercado interno", ou seja para lucros e salários industriais.

Se o PMDB, através de seus líderes mais expressivos no Congresso e através de seus governadores mais importantes não for capaz de compreender a natureza do capitalismo brasileiro dos anos oitenta, e se não for capaz de permanecer fiel aos trabalhadores, aliar-se com empresários mais progressistas, a crise econômica não poderá ser vencida pelo próprio PMDB, e o Presidente Sarney acabará sendo compelido a adotar políticas econômicas conservadoras, ortodoxas, que ele não deseja. (*Folha de S.Paulo*, 24 de março de 1987).

\*\*\*\*\*

### PRIORIDADE DO POLÍTICO

Vivemos hoje momentos de crise, de descrença, de insegurança, de falta de perspectiva. Inicialmente a origem da crise foi econômica. A profunda decepção com o fracasso do cruzado, o novo desequilíbrio da balança de pagamentos, a moratória, e finalmente a perspectiva de recessão foram todos fatores desencadeantes da crise. A demissão sucessiva dos principais responsáveis pelo Cruzado e a transformação do atual ministro da Fazenda em uma espécie de bode expiatório de todos os nossos males é um sintoma dessa crise. Da mesma forma a imobilidade do governo, sua incapacidade de formular um plano de estabilização coerente e um plano de controle da inflação inercial que está de volta, são também consequência da crise.

A crise, entretanto, tem não apenas consequência mas também causas políticas que não podem ser ignoradas. Entre elas duas merecem destaque: a indefinição do mandato do presidente e a incerteza em relação à nova Constituição.

Para governar com tranqüilidade e poder enfrentar a crise atual o Presidente Sarney precisa ver definida de vez a duração de seu mandato. Por isso deseja ver este problema decidido o mais rapidamente possível. A Constituinte, entretanto, adia a definição do problema com um argumento aparentemente lógico: primeiro deveria definir o regime de governo e o mandato normal dos presidentes para depois, nas disposições transitórias, resolver a questão do mandato do atual presidente.

Quase nunca, entretanto, esse tipo de lógica linear faz sentido. E não há dúvida de que no momento atual não faz. O Presidente Sarney tem condições para enfrentar a crise presente. Conta para isso com o apoio dos novos governadores, do PMDB e do PFL, e dos principais representantes da sociedade civil. Mas para isso ele precisa ver encerradas definitivamente as especulações quanto à duração de seu mandato.

A consolidação da democracia brasileira é a grande missão da Constituinte e do Presidente Sarney. Para realizá-la é necessário que uma grande união se estabeleça em torno dessas duas instituições básicas da democracia brasileira, que são a Presidência da República e a Constituinte. Por enquanto a crise que atravessa o país não pôs em real risco nossa jovem democracia. Não há razão para alarmismo. Os ideais democráticos continuam dominantes na sociedade civil deste país. Mas se não formos capazes de nos unirmos em torno das nossas instituições e deliberadamente trabalharmos pelo seu fortalecimento, poderemos ver a crise atual agravar-se.

Sem dúvida precisamos tomar medidas econômicas para enfrentar a crise, mas mais urgente ainda é a necessidade de separar o econômico do político, e dar ao problema político e institucional a prioridade que ele exige. (*Folha de S.Paulo*, 21 de abril de 1987).

\*\*\*\*\*

## UNIVERSIDADE PÚBLICA NÃO ESTATAL

O conceito de universidade "pública não estatal" proposto por Gabriel Cohn a partir de uma entrevista do reitor da PUC de São Paulo, Luiz Eduardo Wanderley, é fundamental para que se possa democratizar e elevar o nível do ensino universitário no Brasil. Hoje se reconhece apenas dois tipos de universidades no Brasil - a estatal e a privada - , quando, na verdade existe ou deve existir um terceiro, a universidade pública não estatal. Não será através da

universidade estatal e muito menos da universidade privada, mas através da definição e desenvolvimento de universidades públicas não estatais mas apoiadas pelo estado que será possível corrigir as profundas distorções causadas ao ensino universitário brasileiro pela sua indiscriminada privatização.

No Brasil 75 por cento dos alunos e em São Paulo 80 por cento dos alunos universitários estudam em universidades ou insitutos de ensino superior privados. Não recebendo apoio do estado essas instituições não realizam pesquisa, o nível do ensino é insatisfatório. Muitas delas são empresas lucrativas, sustentadas pelas taxas escolares pagas pelos alunos da baixa classe média, já que os filhos das famílias ricas geralmente logram ser admitidas nas universidades estatais gratuitas.

Para corrigir esse estado de coisas não é realista pensar na criação indiscriminada de novas universidades estatais, ou na transformação das atuais instituições privadas em universidades estatais. É perfeitamente possível, entretanto, pensar em transformar paulatinamente as universidades privadas em universidades públicas não estatais mas apoiadas pelo estado.

Instituição pública não estatal é uma fundação cujo conselho de administração, que detém o poder efetivo sobre ela, é formado por representantes natos de órgãos do estado, de entidades da sociedade civil e de representantes eleitos de professores e funcionários, com clara minoria de membros eleitos pelo próprio conselho. Evita-se, assim, que um grupo de pessoas, capazes de se auto-perpetuar no conselho, se torne efetivamente "dono" da instituição, transformando-a, na prática, em propriedade privada. A universidade ou instituição pública não estatal é controlada pela sociedade, não por um grupo. Garante-se, assim, que esteja efetivamente voltada para o interesse público e não para o atendimento das necessidades do grupo controlador.

O estado não pode nem deve subsidiar universidades privadas, mas nada impede que subsidie universidades públicas não estatais. Na verdade, a fonte fundamental de recursos de uma instituição - hospitais, por exemplo, também podem ser incluídos nesta categoria - pública não estatal deve ser o estado a nível municipal, estadual ou federal.

Na Inglaterra, por exemplo, não existem universidades estatais. Seus professores e funcionários não são funcionários públicos. Mas também não existem universidades privadas. Todas as universidades são públicas, gratuitas, apoiadas pelo estado a nível municipal e central, e complementando fontes de recursos pelas rendas de seus patrimônios e por contratos de prestação de serviço com o setor público e com a indústria privada.

É urgente que este conceito de instituição pública não estatal seja mais discutido, que encontre guarida na Constituição que está sendo elaborada, e que afinal se transforme em uma realidade. (*Folha de S.Paulo*, 28 de abril de 1987).

\*\*\*\*\*

### CLÁUDIO ABRAMO

Emocionado, recebi a notícia da morte de Cláudio Abramo. Um grande jornalista, uma cultura universal, uma indignação moral permanente, um amigo crítico e solidário nos deixou subitamente.

Cláudio Abramo viveu intensamente as contradições do mundo em que vivemos. Ele próprio era um homem profundamente contraditório. Desejava a revolução, dizia ser um revolucio-nário, mas na verdade sempre foi um reformista. Declarava-se um autoritário, mas sempre foi antes de mais nada um democrata. Entitulava-se um pessimista, mas nunca deixou de ter esperança.

Notável jornalista, renovou a imprensa brasileira dirigindo por vários anos a redação de *O Estado de S.Paulo* e depois da *Folha de S.Paulo*. Conhecia-o há muitos anos, mas fiquei seu amigo e de sua mulher Radah nos últimos dez anos, quando voltou a uma de suas paixões, a política internacional, como correspondente em Londres e Paris, e depois quando se tornou responsável pela coluna "São Paulo" desta *Folha* e por um artigo semanal na revista *Senhor*.

Lia-o sempre. O título de seu último artigo, que acabara de ler quando soube de sua morte, era "Em nome da moralidade", e cobrava dos três poderes - do Executivo, do Legislativo e do Judiciário - a publicação da lista dos "marajás". Não foi por acaso que Cláudio Abramo tratou do problema moral em seu último artigo. Para ele a moralidade era um componente essencial da justiça social. Não poderá haver um mínimo de justiça social enquanto os privilégios imorais de todos os tipos - no setor público e no setor privado - não forem reduzidos.

Cláudio Abramo deixa atrás de si muitos discípulos e muitos amigos. Os discípulos lembrarão do grande jornalista, do profissional competente, que defendia a independência e a capacidade crítica de cada um dos seus liderados. Os amigos lembrarão do homem afetivo e cordial, frágil na sua força, sempre presente e solidário. (*Folha de São Paulo*, 18 de agosto de 1987)